

Da crítica ao modelo de desenvolvimento à gestão dos problemas ambientais¹

A relação entre teoria crítica e conhecimento científico no campo de pesquisa sobre as relações entre ambiente e sociedade no Brasil (1992-2002)

Ricardo Barbosa de Lima
Museu Antropológico/UFG
Doutorando em Desenvolvimento Sustentável/UnB

Introdução

“Vivendo nós, no final do século, num mundo onde há tanto para criticar, por que se tornou tão difícil formular uma teoria crítica?” (SANTOS, 1999a:09). Diante desta pergunta², Boaventura de Sousa Santos busca indicar o que, no seu entendimento, coloca-se como um dos problemas mais intrigantes que as ciências, especialmente as ciências humanas, enfrentam hoje. Mesmo diante do desconforto e da indignação provocados pela inquietante realidade contemporânea, as ciências sociais colocam-se cada vez mais tolerantes diante do mundo. Noutro momento, esse mesmo autor, descreve essa atitude como fruto de uma razão indolente, inerte e displicente, uma razão que reduz a realidade ao que existe (SANTOS, 2001).

Neste texto, defendo que o debate sobre a relação entre sociedade e natureza parece expressar de forma singular e exemplar o problema apontado por Santos (1999a). Diante da dificuldade de reelaborar ou reinventar uma teoria crítica dos problemas socioambientais, esse pensamento social parece ter se aprisionado no diagnóstico da crise que construiu.

Parte das discussões em torno dos problemas socioambientais centra seus esforços na descrição do caráter limitado dos recursos naturais e da interdependência e fragilidade dos ecossistemas; e denuncia como irracional e perversa a não-internalização das externalidades negativas geradas no e pelo processo de produção econômica ou de ocupação do espaço. Empenhada em prevenir, evitar e mitigar os riscos diagnosticados, essa concepção dos problemas socioambientais postula como seus principais fundamentos os instrumentos econômicos (persuasivos, coercitivos e regulatórios) e a contabilidade ambiental. Os princípios da precaução e participação, via de regra, são reivindicados, desse prisma, como eficazes e eficientes potencializadores do controle e da internalização das externalidades e na atribuição do “valor da natureza”. Igualar o pragmatismo econômico dessa concepção de gestão ambiental à crítica ambientalista dos valores que levaram à insustentabilidade do atual padrão de desenvolvimento econômico-social, como se um fosse o desdobramento natural e automático do outro, parece-me, no mínimo, apressado. Afinal, o que possibilita falar em “novos ideais civilizatórios”, “nova ideologia/utopia”, ou “densidade moral” da crítica que funda o ideário ambientalista? É a denúncia da racionalidade e dos valores que estruturam o atual sistema de produção? Ou uma postulação de necessários e urgentes ajustes em seu funcionamento?

¹ Esse texto apresenta as idéias centrais, problema e hipóteses, de meu projeto de tese de doutorado, apresentado em exame de qualificação em maio último no CDS/UnB para a banca seguinte banca examinadora: Prof^a. Dra. Maria das Graças Rua (Orientadora), Prof^a. Dra. Laura Maria Goulart Duarte e Prof. José Augusto Drummond.

² Essa pergunta foi apresentada na abertura do Colóquio “Sociedade, Cultura e Política no fim do Século – A Reinvenção da Teoria Crítica”, realizado entre os dias 16 e 17 de abril de 1999 em Coimbra-Portugal.

Se, conforme aponta Enrique Leff (2001b: 59), “a problemática ambiental [...] surgiu nas últimas décadas do século XX como uma *crise de civilização*, questionando a racionalidade econômica e tecnológica dominantes”, o que produziu a sujeição e a redução da crítica ambientalista aos mecanismos de regulação e controle dos problemas que denunciam? Por que um pensamento fundado por um dos principais diagnósticos críticos da realidade contemporânea produz hoje uma literatura, muitas das vezes, centrada na “apresentação de afirmações normativas como afirmações científicas” (SANTOS, 2001:54)?

Do ponto de vista macro-sociológico, parto da hipótese apresentada por SANTOS (1999a;1999b;2001), de que o mundo moderno foi construído pelo jogo de tensões entre energias emancipatórias e energias reguladoras, e que, ao mesmo tempo em que vivemos em um período de transição paradigmática, da necessidade de novos horizontes explicativos da realidade, estaríamos diante do ápice da hegemonia das forças reguladoras. Neste texto, proponho elucidar os mecanismos que possibilitaram, pelo menos no campo da investigação sobre as relações entre sociedade e ambiente, passar da crítica ao modelo de desenvolvimento e da sua racionalidade produtiva insustentável – da luta pela construção de alternativas e de uma nova racionalidade diante do mundo –, para a postulação de mecanismos e instrumentos de gestão e controle dos problemas ambientais. Ou seja, passar à regulação e ao enquadramento dessas energias emancipatórias privilegiando a articulação técnica e instrumental das ciências ambientais em detrimento de uma articulação teórica conceitual que permitisse a esse campo científico³, não só a construção de um diagnóstico da crise, mas também, “propor a construção de novos conceitos que fundem uma nova racionalidade social e produtiva” (LEFF, 2001: 18).

O contexto de crítica e assimilação

O século passado foi particularmente rico em alertas sobre os desafios que se desenham no horizonte próximo da sociedade contemporânea. Esses alertas, muitas das vezes, apresentavam um devir onde o esboço de um mundo virtuoso, largamente propalado no final do século XIX, tão bem expresso na noção de progresso e nas possibilidades que a ciência abria ao futuro, não mais aparecia como inexorável e inevitável. Seus últimos cinquenta anos, mais do que qualquer outro período histórico, parecem ter produzido na humanidade um sentimento de perplexidade, de desassossego. Sobre o mesmo solo de dilemas, limites e ameaças o século XXI revela-se de início, mais violento e intolerante, “bastaria rever até que ponto as grandes promessas da modernidade permanecem incumpridas ou o seu cumprimento redundou em efeitos perversos” (SANTOS, 1999b:197).

Uma pequena arqueologia da trajetória de como as noções de *progresso* (quase sempre traduzido como crescimento econômico) e de *desenvolvimento científico* se colocaram diante dos olhos da

³ Neste texto trabalho com conceito de campo científico de BOURDIEU (1983: 122-123): “[...] enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado.”

sociedade que lhe deram forma, pode se prestar como um bom fio condutor da passagem das *utopias* do final do século XIX às *distopias* do início do século XX.

Ufanismo e mistificação, desilusão e crítica. Talvez com esses pares substantivos seja possível vislumbrar o movimento que une duas obras que ilustram aqueles extremos: *A Máquina do Tempo* de H. G. Wells e *Admirável Mundo Novo* de Aldous Huxley. Acrescentando à análise um novo par sintético, *denúncia e alarme* e, se vislumbrarmos o final dos anos sessenta, estaremos diante daqueles que apontavam para um apocalipse iminente (*The Closing Circle: Nature, Man and Technology* de Barry Commoner, *The Population Bomb* de Paul e A. Ehrlich e *The Limits do Growth* de Dennis Lynn Meadows *et ali*).

Das tensões entre Leste-Oeste às desigualdades entre Norte-Sul; da promessa de um mundo sem classes a um mundo cada vez mais excludente; do fim dos colonialismos à consolidação do Império; da possibilidade do desastre nuclear à materialidade do aquecimento global. A intensidade, a voracidade e a violência com que esses e outros problemas se apresentam ao mundo social e natural fazem com que poucos e, por pouco tempo, consigam não olhá-los, ou mesmo, tê-los pela frente. Alienar-se diante do mundo implicaria em certas estruturas de ordem, de controle, de coesão ou de mecanismos de mistificação/falseamento que parecem faltar às atuais instituições sociais. Problemas e situações que permeiam a vida cotidiana, tais como, a violência endêmica no espaço público e no mundo privado, a desestruturação e precarização das relações no mundo do trabalho, a poluição urbana e a degradação ambiental não permitem que se mantenha por muito tempo, ativos e funcionais, mecanismos tais como a indiferença, a reclusão e o recalque. Não haveria ideologia ou lugar nos quais se possa mais, com segurança ou por muito tempo, se esconder ou se aquietar dos problemas mundanos. Mesmo o reavivamento ou o ressurgimento de novos movimentos religiosos, pelo menos de suas vertentes mais numerosas e significativas (pentecostalismos e fundamentalismos), via de regra, arremete seus seguidores contra o mundo. As palavras crise, desgaste, esgotamento, precarização, desmantelamento, degradação foram internalizadas pelas trajetórias pessoais e institucionalizadas pela estrutura social.

Mudança social, conflito, crise, antagonismo, violência, especialização, esgotamento, individualismo, competição deixaram de ser abstratos conceitos teóricos que, de maneira pouco didática e especializada, descreviam os processos de dominação e reprodução social na sociedade moderna, para sensocomunizar-se na percepção e no discurso que fazemos cotidianamente do mundo contemporâneo.

É nesse contexto que refaço aqui, em outros termos, a pergunta de feita por SANTOS (1999a;2001): o que faz com que esse mundo, agora, vivido como crítico, não se deixe facilmente criticar e seja refratário à construção de alternativas aos problemas atuais? Se o mundo contemporâneo revela-nos, por vários caminhos, uma realidade brutal, por que nos aprisionarmos a ela?

Antes de aprofundar a discussão em torno dos problemas socioambientais se faz necessário expor o que entendo por crise do atual modelo societário e porque acredito que uma de suas clivagens centrais é a questão ambiental.

Para alguns pensadores, “cada vez menos se pode duvidar de que o capitalismo global, em sua forma atual, é insustentável e precisa ser reformulado desde os alicerces” (CAPRA, 2002). Essa insustentabilidade teria por base as contradições entre crescimento econômico e degradação ambiental. Conforme BURSZTYN (1995:98), estaríamos diante das “armadilhas do progresso”:

Pois o problema, justamente, é que a busca do progresso, tão enaltecida em nosso processo civilizatório industrial, gerou um Frankenstein. Aprendiz de feiticeiro, o homem deixou-se levar pelo canto da sereia tecnológico, misturando num mesmo pote elementos tão diversos como a natureza (que se torna recurso natural), o trabalho (que se torna recurso humano) e o capital. Resultado: surge o conceito de fator de produção, envolvendo esses três componentes. Em nome do progresso e do bem-estar material era chegada a hora de ‘dobrar’ a natureza.

Dois outros autores, Roberto dos Santos Bartholo Jr. (1984) e Amílcar O. Herrera (1984), aprofundam esse diagnóstico de crise. A crise no padrão de relacionamento com a natureza, diante do potencial perigo nuclear, revela-se, com HERRERA (1984), como crise da espécie. Este último ancora à crítica feita por BURSZTYN (1995), das armadilhas do progresso, a radicalização dos descaminhos do desenvolvimento científico-tecnológico:

O fato essencial, que caracteriza a crise – pela primeira vez na história, como todos nós sabemos, mas que poucas vezes comentamos – é que existe um sistema nuclear no mundo que pode destruir a humanidade em apenas vinte minutos. [...] Outro lado é que, quando a humanidade acumula capacidade destrutiva dessa maneira, e a história o comprova, ela normalmente a usa. [...] E o primeiro esforço, de certa forma difícil para todos nós, pela mudança de enfoque que exige, é ver-nos como espécie. (HERRERA, 1984:57-58)

BARTHOLO Jr. (1984) aceita a provocação de HERRERA (1984) e, a partir de uma genealogia da crise do industrialismo, coloca a força de sua antropologia filosófica para pensar o homem ser vivo, como uma espécie aberta ao mundo. Assim,

[...] a superação da sobrecarga existencial imposta pela abertura para o mundo, é um imperativo da sobrevivência de uma espécie que tem de, para sobreviver, construir na cultura seu equilíbrio e domicílio. [...] O homo culturalis é a expressão de uma contínua autoconstrução, [...] A construção do mundo cultural expressa uma mediatização dos pontos de contato do Homem com a Natureza e alívio de uma permanente improvisação na busca da satisfação das necessidades de sobrevivência. (BARTHOLO Jr., 1984: 69-70)

Um *homo culturalis* que dá forma, no seu desenvolvimento histórico ocidental, a um *homo industrialis*, pois

A lógica da ação econômica racional, fundamentada sobre o utilitarismo-instrumental do processo de desenvolvimento industrial, desconhece qualquer imperativo ético e auto-restrição diante da ilusão autodestrutiva de se considerar a irrestrita instrumentalização econômico-produtiva de energia a serviço do crescimento econômico-material como sendo uma fonte ilimitada de bem-estar. (BARTHOLO Jr., 1984:72-80)

BARTHOLO Jr. (1984) está em busca da origem e das causas da crise e a encontra na racionalidade econômica das sociedades modernas. HERRERA (1984), quer, por sua vez, identificar quais as condições e quais as forças que podem ser mobilizadas com êxito contra a crise da espécie. O primeiro nos remete ao que entende ser a peça fundamental do sistema industrial: a lógica da ação econômica orientada com fins utilitaristas e instrumentais. O segundo vê uma saída, “condicionada ao nosso dom cultural, que é a de modificar todo nosso sistema de valores, toda nossa visão de mundo, de forma a evitar essa destruição”.(HERRERA, 1984:58).

De uma maneira geral, essa é a tônica de muitos dos trabalhos que matizaram, a partir da segunda metade do século passado, as discussões em torno dos problemas socioambientais. Desse prisma, o desafio não seria mais normativo ou tecnológico. Ao contrário, essa é a desesperança que alimenta, já no início do século XX, o olhar desencantado das distopias. Buscar explicações e alternativas para um mundo em crise (BURSZTYN, 1984) para enfrentar o impasse civilizatório, traduzido em crise da espécie (HERRERA, 1984), tem agora um sentido mais amplo: o empreendimento é construir alternativas no plano econômico-político-cultural. Se o que estaria em jogo não seria a postulação de mecanismos de regulação e controle, mas a criação de alternativas ao que se denuncia, por que no pensamento ambientalista renunciou, em grande parte, à herança intelectual que o tornou possível e necessário?

A resposta a essa pergunta toma a forma de uma dissociação entre a presença de um diagnóstico crítico e a ausência de alternativas ao que se critica. O ceticismo diante das possibilidades de futuro convertesse em resignação diante o presente, diante dos limites do real.

Os vários diagnósticos que caracterizaram o fenômeno que se anuncia como crise ecológica global foram críticos contundentes ao atual modelo de desenvolvimento econômico-social. Eles alertavam que os problemas que se avizinhavam ultrapassariam as fronteiras do local e do regional, atingindo uma escala planetária (EHRlich, 1968; MEADOWS, 1978). Isso exigiria a orquestração de soluções regionais ou globais (TINBERGEN, 1978; A AGENDA 21, 1996). E, em meio à denúncia e caracterização da crise do texto societário moderno, colocava-se em questão a capacidade do aparato científico e tecnológico de enfrentá-la, desvelando que a crise fora gerada, em grande medida, em decorrência do próprio padrão científico-tecnológico (COMMONER, 1972). O que, segundo alguns pensadores, exigiria uma nova configuração do conhecimento socialmente produzido sobre o mundo – social e natural (SANTOS, 1987, 1989, 1997, 1999a, 1999b, 1999c, 2001, 2002; PRIGOGINE, 1996a, 1996b, 1996c; LEFF, 2001a, 2001b, 2001c, 2001d, 2001e, 2000).

Diante desse diagnóstico, a atual relação entre sociedade e natureza parece ter por base uma nova escassez. Não mais uma relação fundadora do que é irreduzivelmente humano como a categoria trabalho em MARX (1975). Pelo contrário, a principal clivagem que a sociedade contemporânea parece ter construído, na sua relação com o seu substrato natural, é uma “escassez limitante” do texto humano. Não é mais a natureza do ambiente local (a intempérie, os fenômenos naturais, a sazonalidade, os desastres naturais) que está a desafiar a capacidade e criatividade cultural de um grupo humano em particular. Hoje são os limites de regeneração da Terra como um todo, que parecem se impor ao texto colocado em marcha pela moderna sociedade industrial: suas relações de produção, seus padrões de consumo; seu padrão tecnológico; sua densidade demográfica; sua hierarquização e desqualificação de saberes e culturas.

Não se estaria mais diante de uma crise interna ou dos descaminhos do texto de sociedade e do modelo de desenvolvimento por ele levado a cabo. Não seriam somente seus limites e contradições

internas (as relações de produção, a luta de classes, as injustiças e desigualdades sociais) que estavam impulsionando o processo de mudança social. Os limites e contradições seriam de outra ordem e de outra grandeza: um limite físico, de carga, de suportabilidade do substrato material de toda vida social. O desvelamento desses problemas colocava em questão não só as estruturas sociais e econômicas dominantes, mas os movimentos sociais contestatórios da ordem vigente e, mesmo as utopias e ideais de transformação daqueles que se proclamavam revolucionários, pareciam não mais dar conta do designo histórico que lhes fora imposto: ser o motor das transformações que completariam o texto de mundo de igualdade, liberdade e fraternidade, desembocando em um mundo sem classes.

Os movimentos de contestação desse estado de coisas que emergiram a partir dos anos 60 foram recebidos como um novo sujeito do devir histórico. Dentre esses novos grupos, um em particular, o ambientalismo, animou vários pensadores. Seria um novo movimento social portador de um novo ideal societário de relacionamento entre os homens e desses com a natureza. Mais ainda, seria um movimento histórico, multissetorial e multifacetado, que teria diante de si a tarefa de conduzir “os principais eixos civilizatórios da sociedade contemporânea” (LEIS e D’AMATTA, 1995). A utopia de “mundo pacificado” (HABERMAS, 1975) parecia se renovar nesse novo sujeito histórico. A dupla dominação da natureza (da ciência e da técnica diretamente sobre a natureza-objeto e a do homem pelo homem através da ciência-instrumento), sustentada pelo paradigma clássico da ciência moderna, desapareceria. Mesmo que de forma “difícil, lenta e múltipla” estaríamos vivendo um período de revolução no pensamento (MORIN, 1996:285). Um período de transição para uma nova sociedade, onde um novo paradigma científico estaria sendo gestado e com ele uma “uma nova dignidade da natureza” (SANTOS, 1996:51). Um novo contrato social estabelecido não só entre os homens, mas um contrato que incluísse o primeiro excluído, o mundo natural (SANTOS, 1999c).

É diante desse quadro que, dos poucos consensos globais a respeito do destino da sociedade contemporânea, não dos caminhos a serem percorridos, mas do diagnóstico a ser enfrentado, está o imperativo de se enfrentar a crise ecológica global. A necessidade de se repensar as relações entre cultura e natureza, entre sociedade e ambiente, sob pena do aniquilamento, contaminação e exaustão da capacidade de reprodução material e social da vida no planeta, nas últimas três décadas, foi reconhecida e pactuada, por Estados e sociedades civis, em três grandes Conferências das Nações Unidas. O paradoxo é que em vez de se suscitar um inconformismo crescente, uma radicalização dos ideais utópicos, ou potencializar a produção ou a reinvenção de uma teoria crítica, tomou lugar, quando não pessimismos e recuos, um discurso que postula normatizar a (des)ordem ecológica-social que revela, ou melhor, um discurso crítico resignado, pois não procura mais alternativas ao que critica, mas refugia-se na monumental e dramática tarefa de regulação e controle do que denuncia. As possibilidades de se superar o real passam a se esgotar nele mesmo. Se no horizonte não há alternativas aos problemas, resta ao crítico resignar-se na tarefa de regulação, gestão e controle do que critica. A crítica abandona o caminho da construção de alternativas, para postular keynesianamente uma terceira via. O diagnóstico

se mantêm, o que muda são os prognósticos, ou melhor, eles passam a não existir como novas utopias, só como técnicas de gestão e controle. As possibilidades de ler o real se esgotam na impossibilidade de construir alternativas ao que é dado.

É nesse contexto de *crítica e assimilação* que, durante as décadas de 70 e 80, sob o que aqui denomino como o signo da regulação e do controle, surge a possibilidade de um rearranjo para o projeto civilizatório da sociedade contemporânea. Os conceitos de *Ecodesenvolvimento* e de *Desenvolvimento Sustentável* (Maurice Strong/PNUMA de Ignacy Sachs/Clube de Roma) assimilam o contexto de crise e institucionalizam as demandas vindas do movimento social, passando a ser operadores centrais na manutenção da idéia de um futuro possível para a sociedade herdeira do texto da modernidade urbano-industrial.

A possibilidade aberta aos críticos da ordem vigente de protagonizar o esforço de gerir e monitorar o processo de institucionalização de parte de suas demandas (as novas agências multilaterais, as novas estruturas governamentais, a profissionalização dos organismos não-governamentais, o mercado verde) parece ter limitado a busca da construção de alternativas à construção dos mecanismos de regulação e controle do que se denunciava ou, na melhor das hipóteses, diante de um presente real intransponível, mas aberto e maleável, buscava-se viabilizar um futuro.⁴ Mais ainda, sob a designação do multifacetado e do multissetorial, a sua capacidade de perpassar e fertilizar diversos e diferentes segmentos sociais, o discurso ambientalista parece ter hegemonizado como seu melhor portador o especialista em gestão ambiental, o militante profissionalizado. Desapareceram as personalidades marcantes e influentes que, nos anos 60 e 70, massificaram e alardearam com seus *bestsellers* os cenários apocalípticos da crise ecológica global. Os grupos de cidadãos, pulverizados em ONGs ou associações, grandes e pequenas, que se organizaram em nome da sociedade civil, perderam muita da visibilidade e notoriedade que tinham nos anos 80 e início dos 90. Em muitos dos casos, os espaços abertos pela ambientalização das políticas públicas não foram ocupados pela massa multissetorial e multifacetada do ambientalismo, mas pelos quadros técnicos dos seus representantes civis que se profissionalizaram.

O espaço de luta também parece ter se deslocado. O problema socioambiental não só parece ter se tornado “um tema muito importante”, que não poderia “ser discutido por qualquer pessoa”, mas também, o debate “não poderia ser feito em qualquer lugar”⁵. A *Agora* não é mais o local e a arena das discussões e embates públicos. São os fóruns internacionais, os organismos multilaterais, os comitês e

⁴ “[...] a questão-chave, que preocupa todos os autores e é compartilhada aqui, diz respeito à tensão entre crise e mudança social, que tem mobilizado uma fatia considerável das Ciências Sociais desde a modernidade incipiente, mas que se recoloca desta feita para o ambientalismo dos anos 1990, na medida em ele se viu obrigado a enfrentar um redirecionamento das instituições estabelecidas, sejam elas nacionais ou supranacionais, no sentido de descentralização das decisões e popularização do processo de formulação de políticas públicas, que expressaram em período recente uma orientação genérica a um futuro viável” (FERREIRA, 2001:58).

⁵ Cabe salientar que essa especialização do debate em torno de problemas importantes do mundo contemporâneo ocorreu em outras áreas. Celso Furtado, ao identificar que a “doença grave do Brasil é social e não econômica”, pondera sobre o distanciamento dos economistas e da disciplina economia diante desse desafio político de alargar o debate público dos problemas: “existe hoje em dia uma espécie de esterilização do debate econômico. Aí, ‘a economia passou a ser muito importante’, ‘não é para ser discutida por qualquer pessoa’, e o resultado é que ela se tornou uma área estéril (FURTADO: 2003:32)”.

painéis técnico-científicos, que estão no centro dos debates e das disputas em torno dos problemas socioambientais. Os protagonistas anteriores orbitam em torno desses espaços e agências.

Nesse novo espaço de lutas, os limites do real se impõem intransponíveis. Pois, mesmo se abandonarmos a idéia do ambientalismo como portador de um novo ideal civilizatório e atermos ao receituário presente na idéia de desenvolvimento sustentável, o resultado não parece ser muito alentador. Avanços importantes na área socioambiental, construídos em 30 anos de lutas e debates, acabaram por retroceder a conquistas estabelecidas em Estocolmo-72. Talvez a expressão “Rio *menos 30*”, cunhada por Roberto Guimarães (2002) ao avaliar a Conferência de Johannesburgo-02, seja uma metáfora fiel desse descompasso entre um diagnóstico crítico e a resignação diante dos imperativos do real. É essa estratégia de dar 30 passas atrás para depois dar um passo a frente, que indico neste texto como a dificuldade de a crítica ambientalista vislumbrar alternativas, utópicas ou não, ao que se critica.

A produção acadêmica sobre a temática parece acompanhar esse movimento. Desde a última década do século passado, vem ocorrendo uma "mudança significativa dos interesses deste núcleo mais fortemente agregado em torno do campo de reflexões sobre a interface entre sociedade e ambiente" (FERREIRA, 2002b: 25). Segundo FERREIRA (2002b), o interesse migra de estudos que procuravam indicar o ambientalismo⁶ como um ator preferencial de mudança - sujeito histórico da construção social dos problemas ambientais - para estudos das instituições, regimes, instrumentos e normas surgidas na área ambiental em nome da necessidade de se promover a sustentabilidade do desenvolvimento. Esses trabalhos estariam, via de regra, centrados no estudo dos mecanismos de gestão dos problemas socioambientais, ou melhor, da busca de sua previsão e da institucionalização dos mecanismos de controle pela estrutura político-social vigente. É na imbricação desses processos, que aqui aponto como formados no contexto de retração da crítica dos limites naturais e sociais do padrão do modelo de desenvolvimento levado a cabo pela sociedade moderna e pelo seu aparato científico-tecnológico, que o "excesso de normatividade, em detrimento das abordagens analíticas ou interpretativas" (FERREIRA, 2002b:26) parece se impor como um padrão à produção da área.

A produção desse conhecimento, matizado e postulado mais como um conhecimento técnico-científico e menos como um discurso político, parece que tem se dado, cada vez mais, distante busca da explicação crítica dos problemas socioambientais e da construção de alternativas àquilo que os originou. Paulatinamente, na medida em que se estabelecia um consenso em torno do diagnóstico da crise ecológica, esse debate passou a se dar em função das demandas institucionalizadas das várias instâncias e regimes, nacionais e internacionais.

⁶ No final dos anos 60 até a década de 90, o debate ambiental buscava, ora alertar sobre os perigos de uma iminente crise ecológica global ou dos limites do crescimento econômico, ora revelar e denunciar os grupos e atores que resistiam a incorporar os alertas ambientalistas e, por fim, vencida essa etapa de denúncias e de alertas, a meta era aprofundar as discussões e pesquisas em torno dos apregoados problemas ambientais globais. A tarefa de investigação era de mapear a capacidade de influência ou de resistência ao ideário ambientalista ou de indicar os limites do vigente modelo de crescimento econômico. A velocidade e a intensidade com que esse ideário fertilizou diversos e diferentes grupos sociais desenharam um ambientalismo multifacetado e multissetorial. Foi nesse contexto que alguns cientistas sociais vislumbraram o ambientalismo como um novo sujeito histórico: um movimento histórico portador de um novo ideal civilizatório.

Por que a crítica ambientalista perdeu força e intensidade diante da confirmação do que denunciou? Essa formulação do problema de pesquisa impõe a necessidade de discutir a relação, no interior desse campo de pesquisa interdisciplinar, entre teoria e empiria e entre conhecimento e poder.

Teoria crítica⁷ e conhecimento científico⁸

De que maneira as ciências sociais podem contribuir com o diálogo interdisciplinar em torno da relação sociedade e ambiente? O campo científico interdisciplinar formado em torno da problemática socioambiental produziu uma teoria social capaz de ver além da cegueira ambiental da teoria social clássica?

Muito do debate intelectual e das lutas sociais que se deram em meio ao diagnóstico da crise ecológica global foi pensado e problematizado no espaço acadêmico, tendo como pano de fundo os termos apresentados por essas questões. É nesse contexto que, em diversos níveis de integração interdisciplinares e em diferentes formatos institucionais multidisciplinares – e, por vezes, interinstitucionais –, foi tomando forma esse novo campo de pesquisa. Um campo de pesquisa que, diante desse duplo desafio, de crise societária e crise ecológica, reivindicava tratar a problemática socioambiental a partir de um profundo e amplo diálogo entre a ciência como um todo e o senso comum, as ciências da sociedade e as ciências da natureza e ação política e pensamento crítico, redefinindo as fronteiras entre cultura e natureza.⁹

Discutir as relações entre sujeito conhecedor e objeto de conhecimento (entre teoria e empiria) e entre o conhecimento produzido e as estruturas sociais (entre conhecimento e poder), nem sempre foi possível ou desejável. Essa possibilidade foi aberta por uma revolução no pensamento e na sociedade. Até bem pouco tempo, há pouco mais de duzentos anos, o próprio ato de conhecer não era produto, imperfeito ou questionável, da relação direta entre sujeito e objeto, entre o ser humano e o mundo que o cerca, seja ele social ou natural. Até então, o conhecimento não estava nas possibilidades de representá-lo ou como proceder para conhecer, não era uma questão de capacidade ou método, era uma questão de fé, de unção divina. Conhecer a Deus, criador e criatura, era a única possibilidade de conhecer a si mesmo, aos outros e ao mundo que o cerca. Só a total entrega a Deus (a reclusão, a castidade, a privação, o autoflagelo) poderia abrir o caminho para se alcançar a iluminação.

⁷ A designação “Kritische Theorie”, popularizada pela Escola de Frankfurt, é aqui reivindicada a partir de seus traços gerais sintetizados por SANTOS (1999a:1) preocupação epistemológica com a natureza e validade do conhecimento científico (inclinação interdisciplinar e recusa a instrumentalização); 2) identificação dos conflitos e dos interesses que conformam o mundo social (denúncia das mistificações ideológicas); 3) aspiração utópica (vinculação entre valores universais e processos de transformação social);

⁸ Designa a forma particular de organização do conhecimento que se constituiu com o advento e consolidação da sociedade moderna. Foi concebido primeiramente como uma prática científica neutra, centrada na defesa do distanciamento entre sujeito conhecedor e objeto de conhecimento. Visava fundamentalmente o controle e a dominação da natureza, bem como, a planificação e regulação dos processos sociais. O processo de transformação social e o próprio desenvolvimento científico passariam, já no final do século XX, a recolocar sob novos parâmetros e exigências essa forma de representar e conhecer o mundo social e natural: historicizado e entendido como uma prática social, passa a formular e a reivindicar os conceitos de imprevisibilidade, irreversibilidade, caos, auto-organização em contraposição os conceitos clássicos de determinismo, reversibilidade, ordem, evolução.

⁹ Novamente se faz necessário voltar ao entendimento do campo científico como um campo social, pois o: “[...] universo ‘puro’ da mais ‘pura’ ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas invariantes revestem formas específicas.” (BOURDIEU, 1983: 122). A tensão entre produção científica e as práticas sociais, seus descompassos e articulações, como não poderia deixar de ser, marcam o campo de pesquisa que se formou em torno

O homem como sujeito de conhecimento só foi possível a partir de uma reinvenção moderna do pensador grego, de uma renascença. Só então o conhecimento passa a ser concebido como um produto do esforço humano diante do mundo, sem intermediação ou iluminação divina, não produto da fé, mas um produto do método.

Mas esse novo paradigma não só habilita o homem como o sujeito do ato de conhecer, mas o reivindica livre da sujeição e do controle das instituições eclesásticas. A recusa não é somente aos dogmas teológicos, mas também, às instituições que lhes dão suporte terreno. A produção do conhecimento válido não se daria mais aprisionado nos mosteiros. A autonomia do sujeito conhecedor diante do mundo não é reivindicada só como um postulado filosófico, vivê-la e narrá-la é a possibilidade que funda o método científico. É em liberdade e diante do mundo que se deveria fazer a investigação das leis da natureza e do comportamento humano. A produção do novo conhecimento deveria ser livre, mundana e laica.

A postulação de um conhecimento livre da determinação divina parece não ter libertado a ciência moderna da tutela dos representantes terrenos das estruturas de poder e dominação. Tal como aponta João Arriscado Nunes, novos vínculos entre conhecimento, poder e dominação foram construídos:

Não deixa por isso de ser perturbador verificar como o impulso crítico e de inconformismo com o mundo tal como ele é veio a dar lugar, à medida que se iam aprofundando as interdependências das ciências, do poder político e da ordem econômica capitalista, a uma relação instrumental como o mundo, de dominação em nome de uma nova autoridade, a autoridade da ciência, e de um novo princípio de intervenção, a tecnologia. (NUNES, 2002: 320)

É diante desse quadro que a ciência moderna, que nasce crítica à realidade de onde se insurgiu, às estruturas de poder e dominação do mundo medieval, constrói, já na primeira metade do século passado, a percepção da necessidade de se fazer crítica às novas condições de produção desse conhecimento.

Postular uma ciência crítica – a si mesma, ao seu tempo e aos seus senhores – marcou profundamente, os pensadores que se reuniram em torno do Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt (1924). Dois textos escritos, em 1937, por Max Horkheimer (1989a;1989b), *Teoria Tradicional e Teoria Crítica* e *Filosofia e Teoria Crítica*, buscam recuperar a radicalidade do inconformismo que postulava em sua gênese, ver-se como uma prática humana e avaliar-se como produto da vida cultural, social, política e econômica: “O conformismo do pensamento, a insistência em que isto constitua uma atividade fixa, um reino à parte dentro da totalidade social, faz com que o pensamento abandone a sua própria essência” (HORKHEIMER, 1989a: 68). O alvo é uma ciência e uma teoria que se conformam com o real, que naturalizam as suas determinações sociais, culturais e políticas:

A teoria em sentido tradicional, cartesiano, como a que se encontra em vigor em todas as ciências especializadas, organiza a experiência à base da formulação de questões que surgem em conexão com a reprodução da vida dentro da sociedade atual. Os sistemas das disciplinas contêm os conhecimentos de tal forma que, sob circunstâncias dadas, são aplicáveis ao maior número possível de ocasiões. A gênese social dos problemas, as situações reais, nas quais a ciência é empregada e os fins perseguidos

em sua aplicação, são por ela mesma considerados exteriores. A teoria crítica da sociedade, ao contrário, tem como objeto os homens como produtores de todas as suas formas históricas de vida. As situações efetivas, nas quais a ciência se baseia, não é [sic] para ela uma coisa dada, cujo único problema estaria na mera constatação e previsão segundo leis de probabilidade. O que é dado não depende apenas da natureza, mas também do poder do homem sobre ela. Os objetos e a espécie de percepção, a formulação de questões e o sentido da resposta dão provas da atividade humana e do grau de seu poder”(HORKHEIMER, 1989b: 69)[notas e grifos meus]

Esse ponto de vista impõe ao sujeito observador novas questões no sentido de redobrar a vigilância epistemológica, de exercer a dúvida sistemática em relação ao real e, agora, à ciência que produz. Notem bem. Na perspectiva da teoria tradicional, seria legítimo formular perguntas tais como: “a descrição ou a leitura que fazemos do mundo é objetiva e neutra ou sujeito e objeto estão irremediavelmente entrelaçados no texto ou no discurso que se produziu?”; “como e em que limites lógicos é permitido ao sujeito representar o mundo?”; “o dado deve se impor ao observador ou é impossível ao sujeito não se interpor e contaminar o conhecimento que produz?”. Já do ponto de vista da teoria crítica essas perguntas não deveriam ser feitas sem se questionar como e em que medida o conhecimento produzido está vinculado às condições sociomateriais e às estruturas de poder e dominação onde se tornou possível e necessário.

A pergunta formulada por SANTOS (1999a;2001) e apresentada do início deste texto, ao mesmo tempo em que postulava atualizar essas preocupações, identificava uma dificuldade crescente da implementação desse programa de pesquisa. Para esse autor, a realidade contemporânea coloca em causa os próprios fundamentos da teoria crítica:

Em primeiro lugar, a crença na razão e na racionalidade científica que subjaz à teoria crítica está hoje abalada. Em nome dessa razão e dessa racionalidade, produziram-se resultados perversos, se não mesmo irracionais, que desacreditaram o mérito dessa crença. Em segundo lugar, durante muito tempo a grande transformação social almejada pela teoria crítica teve um nome, o socialismo. O descrédito, final ou não, por que passa este objectivo é de tal maneira grande que parece arrastar consigo o colapso de qualquer idéia de transformação social planeada. Em terceiro lugar, os valores universais que mereceram o compromisso da teoria crítica afiguram-se hoje bem menos universais, quer porque a sua aplicação é escandalosamente limitada, quer porque são confrontados com valores rivais provenientes de outras culturas. E em quarto lugar, a funcionalização da ciência nunca foi tão grande e o seu uso instrumental pretende transformar-se no modo hegemônico da inserção da ciência no mundo contemporâneo. (SANTOS, 1999a: 09)

O campo de disputas em torno dos problemas socioambientais, ao que tudo indica, não escapou a esse espírito do tempo. Se aos três primeiros obstáculos à produção de uma teoria crítica o pensamento ambientalista tem posições atentas e concernentes, pois muito de sua história se dá mediante a estes desafios, parece que a produção científica feita em seu nome não resistiu à força da última observação levantada por SANTOS (1999a;1999b). A pergunta que funda este texto se estabelece nessa articulação entre teoria crítica e conhecimento científico: essa nova perspectiva sociológica, de uma sociologia ambiental reivindicada pelas novas ciências ambientais, pode ser pensada como uma renovada teoria crítica da sociedade contemporânea como defendem alguns analistas, ou estaríamos diante, mais uma vez, da funcionalização da ciência e de seu uso instrumental como o modo hegemônico de sua inserção no mundo contemporâneo (SANTOS, 1999b;2001)? Se a problemática socioambiental foi construída tendo por base um diagnóstico que criticava fortemente a

racionalidade instrumental do atual modelo de desenvolvimento (LEFF, 2001a, 2001c), por que, boa parte da produção acadêmica que se legitimou em torno dessa temática, coloca-se hoje, por vezes, avessa à crítica e a serviço da gestão e regulação do atual modelo? Por que, conforme indica FERREIRA (2002b), as análises interpretativas e analíticas perderam centralidade na produção desse campo de investigação?¹⁰

Não estou dizendo que a enunciação de princípios, tais como desenvolvimento sustentável, participação, entropia, precaução, internalização das externalidades, não se faça presente nesses estudos ou que eles não detenham potencial crítico em relação ao atual modelo de desenvolvimento. Ao contrário. Por reconhecer a importância e a centralidade com que esses postulados, princípios e conceitos são reivindicados pelos estudos desse campo de pesquisa é que estranho o desapego à crítica e ao esforço de interpretação. Em alguns casos, chega-se a ponto de, em nome desses princípios e postulados, por vezes, justificar-se um pouco de tudo, até mesmo a manutenção da mesma racionalidade macroeconômica de produção e consumo de bens e serviços, apontados, pela crítica ambientalista e pelo diagnóstico científico, como aquela que deu forma aos atuais problemas de sustentabilidade do modelo de crescimento econômico. Bastaria, via de regra, agregar como valor a esses produtos o que, até então, era “irracionalmente” ignorado como externalidades negativas e/ou não contabilizados como custos de produção.

Por outro lado, é justamente nesse ponto que começa a se desenhar, na forma de estranhamento ao debate sobre os limites e as possibilidades da articulação entre diferentes disciplinas e/ou entre diferentes ciências, outro ponto importante de indagações. Aquelas perguntas revelam, além do mais, que a emergência dos problemas socioambientais, borraram as fronteiras¹¹ construídas entre diversos campos disciplinares, entre as especializações e entre os diferentes saberes¹². Anunciar que esse fato se impôs pela necessidade do diálogo e do tratamento interdisciplinar dos problemas é, e sempre será, uma premissa válida e pertinente. Neste texto a problematização se estende a uma série de postulados decorrentes de seu uso. Proponho questionar a sua utilização, no campo de pesquisas sobre as relações entre ambiente e sociedade, como uma espécie de justificação estritamente técnica de muito que se faz em nome da interdisciplinaridade. Para tanto, parto da perspectiva crítica de LEFF (2001a), particularmente dos efeitos ideológicos dessa prática interdisciplinar:

¹⁰ A perspectiva crítica reivindicada por este texto busca recuperar esse jogo de tensões e não revolve-lo. Uma sociologia da sociologia ambiental, tal como a entendo, só é possível se o pesquisador compreender que ele “está em jogo no jogo que ele pretende descrever [...]”; ele só poderá objetivar o que está em jogo e as estratégias correspondentes se tomar por objeto não somente as estratégias de seus adversários científicos, mas o jogo enquanto tal, que comanda também suas próprias estratégias, ameaçando governar subterraneamente sua sociologia, e sua sociologia da sociologia.” (BOURDIEU, 1983:155)

¹¹ Uma análise interessante sobre os problemas das “fronteiras borradas”, de se não se saber de que lado está, ver o texto provocativo de PIERUCCI (1997).

¹² Cabe aqui, mesmo que de forma inicial, diferenciar o que entendo por: interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade. Por interdisciplinaridade indico o esforço de um diálogo entre disciplinas e entre ciências; Como transdisciplinar reconheço a complexidade da questão socioambiental, um tema que não respeita as fronteiras disciplinares que dão forma aos diferentes objetos de conhecimento, conforme LEFF (2001), a diferentes materialidades do real. E por fim, entendo como multidisciplinares a criação de arranjos institucionais que, diante da necessidade de um diálogo interdisciplinar para dar conta de uma temática transdisciplinar buscam estruturar espaços onde se desenvolvam diferentes desenhos de pesquisas interdisciplinares.

A interdisciplinaridade surge como uma necessidade prática de articulação dos conhecimentos, mas constitui um dos efeitos ideológicos mais importantes sobre o atual desenvolvimento das ciências, justamente por apresentar-se como o fundamento de uma articulação teórica. Fundada num princípio positivista do conhecimento, as práticas interdisciplinares desconhecem a existência dos objetos teóricos das ciências; a produção conceitual dissolve-se na formalização das interações e relações entre objetos empíricos. Desta forma, os fenômenos não são captados a partir do objeto teórico de uma disciplina científica, mas surgem da integração das partes constitutivas de um todo visível.

Desta postura ideológica surgem os problemas de aplicação de um método da interdisciplinaridade. No campo teórico, propõe-se a legalização de “dados” pertencentes a disciplina “x” a partir de leis que regem a disciplina “y”. [...] A importação analógica das leis de uma ciência para descrever os fatos de uma disciplina não-científica é um caso comum da história do conhecimento, como o é também a adaptação das formalizações matemáticas de um processo real a outros fenômenos empíricos. Mas isso não funda novas ciências nem permite sua articulação interdisciplinar. [...] Partindo dessas premissas, a interdisciplinaridade propôs-se como uma metodologia tanto para o avanço do conhecimento como para a resolução de problemas práticos. Daí se produziu uma série imaginária de “ciências ambientais” que, sendo um leque de disciplinas, especializações e técnicas para uma prática de ecodesenvolvimento, não possuem objetos científicos propriamente ditos.

Não se trata de, mais uma vez, recuar para um “Nós vs. Eles”, de estabelecer trincheiras entre saberes, entre ciências, de se recuar ao “barbarismo da não-comunicação” e da sabotagem intelectual. Indicar um lugar de fala – de um campo científico ou de uma disciplina – tal como aponto aqui, é feito no sentido de reconhecer a diversidade e de não postular “irreducibilidade dos pontos de vista e perspectivas” (BASTOS, 1999:119-120). Construir esse diálogo é buscar reconhecimento das diferenças, dos limites e dos problemas de se tratar esses novos objetos teóricos que se apresentam como uma impossibilidade diante da miopia disciplinar. Isso só pode ser feito de maneira franca e profícuo em meio ao reconhecimento da diversidade.

Talvez estejamos diante da surpresa acometida por Ralf Dahrendorf, quando moderador no debate organizado pela Sociedade de Sociologia Alemã, em 1961, pela relativa convergência de opiniões entre Karl Popper e Theodor Adorno em 1961. Aquele debate só foi frutífero, com o reconhecimento das diferenças, no interior do campo científico, no sentido de “tornar teoricamente comensuráveis as posições” (ADORNO, 1989:107) entre a teoria crítica frankfurtiana e o racionalismo crítico popperiano. Embora ambos concordassem com o papel da crítica na produção de um conhecimento válido, o formalismo desse último separaria em dois campos distintos da vida uma “teoria do método” e uma “teoria social”, o que seria indissociável, teoria social e método científico, para a perspectiva sociológica postulada pelos frankfurtianos (BARRETO, 2001). Segundo Bárbara Freitag:

A sociologia crítica não se reduz a uma autocrítica interna da disciplina, ela estende a sua crítica ao próprio objeto de análise: à sociedade contemporânea e também às hipóteses, conceitos e teorias desenvolvidas para representá-la, analisá-la. A crítica passa a ser o elemento que permeia todo processo de conhecimento. (FREITAG, 1986: 47)

Romper com a teoria tradicional ou com o paradigma cartesiano que a sustenta, ou seja, romper com a naturalização cientificista de ordem natural e com as certezas probabilísticas, não significa romper com o rigor da observação e da análise, mas com a sua redução ao formalismo lógico. Significa, pelo contrário, reiterar e refazer a vigilância epistemológica e reabrir o espaço da pesquisa à dúvida

sistemática e à incerteza como princípios¹³, inclusive matemáticos e físicos (PRIGOGINE, 1996a), do novo paradigma científico.

Neste texto reivindicado, tal como advoga NUNES (1999:109-110), tomando emprestado a expressão do físico Jean-Marc Lévy-Leblond, a necessidade de “ecologizar o conjunto saberes”¹⁴, e de se “pôr a ciência em cultura”, eu seja, “restituir a ciência a sua dimensão histórica e a sua densidade discursiva”, “revelar a trama das relações entre o conhecimento científico e outras formas de conhecimento”, “catalogar as continuidades e descontinuidades entre saberes e competências que a modernidade arrumou dos dois lados das ‘grandes divisões’ entre ciência e humanidades e entre ciência e senso comum, entre conhecimento e crenças.”

É a partir dessa perspectiva que se pode reivindicar não só a construção de um conhecimento novo diante desses objetos/sujeitos de investigação co-construídos teoricamente na relação entre sociedade e ambiente, mas também, exigir uma atenção redobrada e crítica quanto as “maneiras de associar o saber e o poder, a ciência e a política” (NUNES,1999:112). Pois é fato, segundo mesmo esse autor, que junto desses objetos/sujeitos está a produção de um conhecimento pautado pela “intervenção normalizadora e disciplinadora.” É nesse sentido que, tal como aponta NUNES (1999:114), discutir diante a essa seara “sugere que os objectos resultantes da convergência de novas formas de conhecimento habitam um espaço de incerteza que pode, seja dar origem a mais normalização e regulação, seja contribuir para abrir novos espaços que permitam a reformulação de modos de conhecimento com potencialidade emancipatórias.”

De imediato, surgem caminhos concorrentes a seguir com proveito na tarefa de caracterizar como estão sendo “produzidos” os problemas socioambientais: promover um diálogo interdisciplinar, indispensável no tratamento da temática socioambiental, permite-me desconsiderar as especificidades e as regras no interior de cada campo científico e entre as diferentes materialidades do real? Reconhecer e buscar um diálogo com outros campos de produção de conhecimento significa fundir-se com eles? Restringir o debate de uma nova articulação entre as ciências a sua dimensão técnica e instrumental seria uma decorrência da fase inicial de estruturação do campo imposta, por exemplo, por uma pretensão de cumulatividade herdada do empirismo positivista? A “urgência” em se enfrentar os problemas socioambientais explicaria e justificaria uma articulação aos objetos empíricos, sua normatização e regulação, em detrimento da análise e da interpretação conceitual/teórica? Por que o que era verve política e ideal utópico no campo das lutas sociais e que poderia ser traduzido como pensamento crítico na teoria social e rigor analítico no campo da ciência deu lugar à formulação,

¹³ Segundo PRIGOGINE (1996a:14-15), a Teoria do Caos e o princípio da incerteza, não nos colocam diante do fim da ciência, pelo contrário, aponta que estaríamos “[...] apenas no começo da aventura. Assistimos ao surgimento de uma ciência que não mais se limita a situações simplificadas, idealizadas, mas nos põe diante da complexidade do mundo real, uma ciência que permite que se viva a criatividade humana como a expressão singular de um traço fundamental comum a todos os níveis da natureza. [...] o que implica a abertura de um novo capítulo na fecunda história das relações entre física e matemática.”

¹⁴ Para esse autor (NUNES, 1999:110), e aqui se compartilha com essa perspectiva, é necessário “reconfigurar os nossos modos de envolvimento com o que costumamos designar por natureza e o que costumamos designar por sociedade. Natureza e sociedade são o

legitimação e justificação de um discurso competente de regulação e controle dos problemas socioambientais? Por que a constatação empírica do crítico quadro dos problemas socioambientais, o conhecimento científico que produziu, parece ter se instrumentalizado a serviço do poder econômico e político, ou melhor dizendo, a serviço da regulação e controle do que denunciou como insustentável?

Algumas hipóteses

A hipótese mais geral que toma forma é de que, ao revelar as externalidades impostas ao meio ambiente no e pelo processo produtivo e a escassez dos recursos naturais, a crítica ambientalista paradoxalmente possibilitaria uma nova fronteira à racionalidade instrumental que fundou o atual modelo de crescimento econômico. Renovando e ampliando a sua capacidade de cálculo, pode-se pensar a crítica ambientalista como produtiva ao atual modelo de crescimento econômico. Novamente o mundo vivido estaria sendo abarcado pela esfera do econômico, pela racionalidade instrumental que fundou o capitalismo moderno. De forma que o paradoxo se releva em uma clivagem funcional: mesmo que compreendamos que não existe nada mais distante da crítica ambientalista do que os valores econômicos e sociais que deram forma à crise ecológica mundial, muito da atual reorganização do capitalismo global – do texto de globalização hegemônico – que se faz hoje, se faz em seu nome, ou melhor, postulando os princípios da gestão ambiental e do desenvolvimento sustentável.

É nesse sentido indico que o campo de pesquisas que se construiu em torno dos problemas socioambientais parece ter construído, ao longo de sua história, mais do que uma mudança de interesses no foco de seus estudos. Esse campo teria forjado, quando informado por meio de uma articulação estritamente técnica entre as chamadas ciências ambientais, uma relação entre teoria e empiria centrada na busca da "previsão" e do "controle" das externalidades negativas dos problemas socioambientais. Procedimento que teria afastado esses estudos da busca de "explicações" e de "descrições" mais analíticas de suas causas e inter-relações e, por conseqüência, da "crítica" aos processos e ao modelo que lhe dão sustentação. Haveria um certo abandono dos estudos mais críticos que procuravam "explicar" o processo de formação da crise ecológica em prol de estudos que buscavam controlar e gerir os problemas socioambientais.

As perguntas formuladas por esses estudos, provavelmente, estariam mais em torno de "problemas de engenharia" ou "problemas de valor" do que, a rigor, de "problemas de pesquisa". Isto é, mais em função de se saber "como fazer para enfrentar os problemas socioambientais" e de se avaliar "quais seriam os melhores instrumentos/mecanismos para a gestão", do que de se descrever ou estabelecer analiticamente as possíveis relações de causalidade e associação entre as diferentes variáveis envolvidas. Isso legaria à produção desse campo de pesquisa interdisciplinar mais do que um deslocamento do foco em relação ao objeto de estudo, mas, sobretudo, consolida um viés empiricista-normativista dos trabalhos.

Aos poucos os trabalhos empenhados em construir perguntas do tipo “por que aconteceu?” parecem terem perdido espaço para uma produção preocupada com “como aconteceu?” e com “o que aconteceu”: “como ocorreu determinado impacto ou dano ao meio ambiente”; “como as autoridades ou a população afetada se comportaram ou perceberam a situação de risco ou de desastre ambiental?”; “quais os impactos negativos para o meio ambiente e para a sociedade”; “quais os mecanismos e instrumentos de gestão e controle existentes que não foram atentados?”; “quais os mecanismos ou instrumentos de gestão e de controle poderiam ser propostos?”.

É nesse sentido que especulo que apesar do potencial heurístico dos problemas socioambientais para se construir em torno deles um pensamento crítico às estruturas da sociedade contemporânea, grande parte da produção acadêmica sobre a interface sociedade e ambiente pode ser, paradoxalmente, pensada dentro de um contexto de ordem e de regulação do atual modelo de desenvolvimento econômico e social.

O campo de pesquisa interdisciplinar que se constituiu em torno da problemática das inter-relações sobre ambiente e sociedade tomou forma a partir de uma dura crítica à teoria social clássica, em particular, à sua construção “ecologically blind” e antropocêntrica dos problemas sociais do mundo moderno (BUTTEL, 1996; CATTON e DUNLAP, 1998; LIDSKOG, 1996). Talvez, seria profícuo especular se a crítica à teoria social, ao mesmo tempo em que possibilitou a construção e legitimação desse campo de pesquisa, por sua vez, não teria legado à sociologia ambiental e ou às ciências ambientais uma certa fragilidade analítico-conceitual. Em nome de combater a cegueira ambiental da teoria social crítica, não só se passou a desconsiderar suas previsões sobre as contradições e sobre o destino da sociedade industrial, mas, também, abandonou-se boa parte das categorias analíticas, explicativas da constituição do mundo moderno, legadas pela teoria crítica.

É no contexto dessas mudanças e escolhas teórico-metodológicas que estaria a produção de estudos teoricamente resignados quanto à busca de alternativas diante das explicações e descrições das causas e interconexões dos problemas socioambientais com o modelo de desenvolvimento econômico e social.

Ao se reivindicar instrumentos da luta pela institucionalização de regimes, normas e mecanismos (anunciados como pautados pela busca do desenvolvimento sustentável), esses trabalhos passam a se pôr no limite da gestão e controle dos problemas socioambientais, e, quase nunca, a produzir interpretações que buscavam o seu entendimento mais analítico e crítico da construção de alternativas ao atual modelo de desenvolvimento.

O que, no campo das lutas sociais, parecia apontar para a busca da construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento, no campo científico, dá passagem à construção de uma engenharia das novas instituições e regulações capazes de garantir ou persuadir a implantação dos “urgentes e necessários” mecanismos de gestão e controle dos problemas socioambientais.

Considerações finais

No Brasil, nesses últimos dez anos, o debate sobre o campo científico interdisciplinar denominado “Ambiente e Sociedade”, teve como lugar privilegiado de produção intelectual os programas de pesquisa e pós-graduação (DRUMMOND e SCHROEDER, 1998; FERREIRA, 2002a;2002b) que, apesar de recentes¹⁵, “já estão a merecer um registro unificado e detalhado de suas atividades de ensino” (DRUMMOND e BARROS, 2000: 185). O que fiz neste texto foi procurar contribuir com esse chamamento.

Neste texto trabalhei basicamente com perguntas e questões que, antes de tudo, procuraram colocar em questão o meu lugar de fala. Perguntas que foram sendo tomadas ao longo desses últimos doze anos.

Verificar as possibilidades de como essas perguntas se articulam ou se excluem é a tarefa que se impõe. Isto é, neste texto, estou propondo examinar como essa produção científica construiu a relação entre "teoria" e "empíria" e entre “conhecimento” e “poder” de forma a nos permitir a compreensão do seu papel nesse campo de disputas. Para tanto, se faz necessário mapear e discutir como esse campo de pesquisa concebe as relações entre “interpretação do fenômeno” e “construção de agendas de ação”, entre “categorias de análises” e “ideais utópicos”, entre “explicação” e “previsão” dos fenômenos, ou seja, “como essas investigações têm se posicionado do ponto de vista de suas formulações teórico-metodológicas, na articulação entre aquilo que procuram verificar empiricamente e o que pressupõem teoricamente” (MIRANDA e RESENDE, 1995: 05).

Bibliografia de referência

ADORNO, Theodor Wiesengrund. Introdução à controvérsia sobre o positivismo na sociologia alemã. In : Os Pensadores: Textos Escolhidos / M. Horkheimer, T. W. Adorno. São Paulo: Abril, 1989a. pp. 107-155.

A AGENDA 21. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília: Senado Federal, 1996. 585 p.

BARRETO, Túlio Velho. Positivismo versus Teoria Crítica em torno do debate entre Karl Popper e Theodor Adorno acerca do método das Ciências Sociais. In: Trabalhos para discussão. Fundação Joaquim Nabuco. nº106, mar/2001. <http://www.fundaj.gov.br/tpd/106.html>. Capturado em 06/03/03.

BARTHOLO. Jr. Roberto S. A Crise do Industrialismo: genealogia, riscos e oportunidades. IN: BURSZTYN, Marcel, CHAIN, Arnaldo e LEITÃO, Pedro. Que Crise é esta? Brasília: CNPq; São Paulo: Brasiliense, 1984. pp. 69-101.

_____. Os Labirintos do Silêncio. Cosmovisão e Tecnologia na Modernidade. São Paulo/Rio de Janeiro: Marco Zero/COPPE-UFRJ, 1986. 140p.

¹⁵ Segundo (DRUMMOND e SCHROEDER, 1998:139): “Podemos considerar que o campo de estudos e pesquisas interdisciplinares em ciências ambientais começou a se institucionalizar apenas em 1991. Nesse ano cerca de 15 consórcios de instituições de todo país concorrem a recursos financeiros do PADCT (Plano de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico) licitados expressamente para a criação de programas de pós-graduação com esse nome – *ciências ambientais*. A licitação exigiu (1) que esses programas fossem desenhados de forma singular (interdisciplinares) no panorama do sistema universitário brasileiro e (2) que eles se dedicassem exclusivamente ao ensino e à pesquisa de temas socioambientais. Essa concorrência foi julgada por um comitê de cientistas e técnicos ligados à CAPES, ao CNPq e à FINEP, e pelo menos cinco programas de ensino e pesquisa foram contemplados com recursos específicos a partir de 1991. Desde então, tanto os primeiros programas que obtiveram recursos, quanto outros grupos de cientistas deslançaram os seus cursos e linhas de pesquisa.”

- BASTOS, Cristiana. Comentário ao painel. “Ciências/Humanidades: grandes esperanças ou ligações perigosas?”. In : Revista Crítica de Ciências Sociais. A reinvenção da teoria crítica. nº 54. jun. 1999a, pp. 115-121.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BURSZTYN, Marcel. *Armadilhas do progresso: contradições entre economia e ecologia*. In : Revista Sociedade e Estado. Ciência e Tecnologia. n. 1, vl X, Brasília, 1995. pp. 97-125.
- BUTTEL, F. Environmental and resource sociology: theoretical issues and opportunities for synthesis. In : Rural Sociology Society. University of Illinois, v. 61 n. 1, 1996.
- CAPRA, Fritjof. Conexões Ocultas – Ciência para uma vida Sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002. 296p.
- CATTON, W e DUNLAP, R. Environmental sociology: a new paradigm. In : The American Sociologist. vl. 13, n.1. fev. Washington, D.C., 1998.
- COMMONER, Barry. The closing circle: nature, man, and technology. New York : Knopf , 1972. 326p.
- DRUMMOND, José Augusto. Anotações de um integrante de bancas examinadoras – teses e dissertações defendidas recentemente na área de Ciências Ambientais. Brasília/Rio de Janeiro, 2002, mimeogr. 36p.
- DRUMMOND, José Augusto e BARROS, Luzimar Ramos. O ensino de temas sócio-ambientais nas universidades brasileiras – Uma amostra comentada de programas de disciplinas. In : Ambiente & Sociedade. Ano III, n. 6/7, 1º e 2º/2000. pp. 185-270.
- DRUMMOND, José Augusto e SCHROEDER, Andreia. Programas de pós-graduação em ciências ambientais e similares no Brasil – uma listagem preliminar. In : Ambiente & Sociedade. Ano I, n. 2, 1º/1998. pp. 139-149.
- DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. In : Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1993.
- EHRlich, Paul R. The population bomb. New York: Ballantine Books, 1968.
- FERREIRA, Lúcia da Costa. Ambientalismo brasileiro nos anos 1990: crise e oportunidade de mudança social. In : SORRENTINO, Marcos. Ambientalismo e participação na contemporaneidade. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. pp. 57- 84.
- FERREIRA, Leila da Costa. Brazilian Environmental Sociology: a provisional review. In : Ambiente & Sociedade. Ano V, n. 10, 1º/2002a. pp. 27-44.
- _____. Sociologia Ambiental, Teoria Social e a Produção Intelectual no Brasil. Indaiatuba: I Encontro Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS). 6 a 9 Novembro de 2002b. 29 p.
- FOESTER, Heinz von. Visão e conhecimento: disfunções de segunda ordem. In : SCHNITMAN, Dora Fried (org.). Novos paradigmas, cultura e subjetividade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. pp. 59-74.
- FREITAG, Bárbara. A Teoria Crítica: Ontem e Hoje. São Paulo: Brasiliense, 1986. 184p.
- FURTADO, Celso. Entrevista: ouçam esta voz. In : Caros Amigos. AnoVI. nº 71. fev. 2003. pp. 30-35.
- GLASERSFELD, Ernst von. A construção do conhecimento. In : SCHNITMAN, Dora Fried (org.). Novos paradigmas, cultura e subjetividade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. pp. 75-92.
- GUIMARÃES, Roberto P. Modernidad, medio ambiente y ética: un nuevo paradigma de desarrollo. In : Ambiente & Sociedade. Ano I, n. 2, 1º/1998. pp. 5-24.

_____. In : MARTINS, José Pedro. Rio + 10 ou Rio – 30? http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/199-pag05.pdf. 2002. Capturado em 18/08/03.

GONÇALVES, Carlos Walter P. Meio ambiente, ciência e poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade. In : SORRENTINO, Marcos. Ambientalismo e práticas na contemporaneidade. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. pp. 135-162.

HABERMAS, Jürgen. Prefácio. In : Era das Transições. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 222p.

_____. Técnica e ciência enquanto ideologia. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Editora, 1975.

HERRERA, Amílcar. A crise da Espécie. In: BURSZTYN, Marcel, CHAIN, Arnaldo e LEITÃO, Pedro. Que Crise é esta? Brasília: CNPq; São Paulo: Brasiliense, 1984. (palestra proferida em 17.03.83). pp. 56-68.

HORKHEIMER, Max, Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In : Os Pensadores: Textos Escolhidos / M. Horkheimer, T. W. Adorno. São Paulo: Abril, 1989a. pp. 31-68.

_____. Filosofia e Teoria Crítica. In : Os Pensadores: Textos Escolhidos / M. Horkheimer, T. W. Adorno. São Paulo: Abril, 1989b. pp. 69-75.

KELLER, Evelyn Fox. O paradoxo da subjetividade científica. In : SCHNITMAN, Dora Fried (org.). Novos paradigmas, cultura e subjetividade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. pp. 93-117.

LINSKOG, Rolf. Introduction to this Special Issue on Sociology and the Environment. In : Acta Sociologica. Journal of the Scandinavian Sociological Association. Vol. 39 N° 1, 1996. 117p.

LEFF, Enrique. Sobre a articulação das ciências na relação natureza-sociedade. In: Epistemologia Ambiental. São Paulo: Cortez, 2001a. pp. 21-60.

_____. Interdisciplinaridade, ambiente e desenvolvimento sustentável. In: Epistemologia Ambiental. São Paulo: Cortez, 2001b. pp. 61-110.

_____. Pensamento sociológico, racionalidade ambiental e transformações do conhecimento. In: Epistemologia Ambiental. São Paulo: Cortez, 2001c. pp. 111-160.

_____. Saber ambiental: do conhecimento interdisciplinar ao diálogo de saberes. In: Epistemologia Ambiental. São Paulo: Cortez, 2001d. pp. 161-192.

_____. Pensar a complexidade ambiental. In: Epistemologia Ambiental. São Paulo: Cortez, 2001e. pp. 193-228.

_____. Tiempo de sustentabilid. In : Ambiente & Sociedade. Ano III, n. 6/7, 1º e 2º/2000. pp. 5-14.

LEIS, Héctor Ricardo e D'AMATA, José Luis. O Ambientalismo como movimento vital: Análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTE, Clóvis [org.]. Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995.

LEIS, Héctor Ricardo. Para uma genealogia do ambientalismo (ou de suas desventuras teóricas), Caxambu, ANPOCS 97ST1524, 1997.

_____. Ambientalismo: um texto realista-utópico para a política mundial. In: Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais. Florianópolis: Cortez, 1995.

_____. Globalização e Democracia. Necessidade e oportunidade de um espaço público transnacional. In.: Revista Brasileira de Ciências Sociais. n° 28. pp. 55-69, 1995b.

MARX, Karl. O Capital (Crítica da Economia Política). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MEADOWS, Donella H. [et. al]. Limites do crescimento: um relatório para o texto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1978.

MIRANDA, Marília Gouvea e REZENDE, Anita C. Azevedo. A produção do conhecimento em psicologia da educação: avaliação das pesquisas no Brasil. Relatório de Pesquisa. Goiânia, 1995. mimeogr. 48p.

- MORIN, Edgar. Epistemologia da complexidade. In : SCHNITMAN, Dora Fried (org.). Novos paradigmas, cultura e subjetividade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996b. pp. 274-289.
- NUNES, João Arriscado. Introdução ao painel. “Ciências/Humanidades: grandes esperanças ou ligações perigosas?”. In : Revista Crítica de Ciências Sociais. A reinvenção da teoria crítica. nº 54. jun. 1999a, pp. 107-114.
- _____. Teoria crítica, cultura e ciência: o (s)(espaço (s) e o (s) conhecimentos(s) da globalização. In : SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). A Globalização e as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 2002. pp. 301-344.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Interesses religiosos dos sociólogos da religião. In : ORO, Ari Pedro e STEIL, Carlos Alberto (orgs). Globalização e Religião. Petrópolis: Vozes, 1997.
- PRIGOGINE, Ilya. O fim das certezas. Tempo, Caos e as Leis da Natureza. São Paulo: UNESP, 1996a. 199p.
- _____. O fim da ciência? In : SCHNITMAN, Dora Fried (org.). Novos paradigmas, cultura e subjetividade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996b. pp. 25-44.
- _____. Dos relógios às nuvens. In : SCHNITMAN, Dora Fried (org.). Novos paradigmas, cultura e subjetividade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996c. pp. 257-273.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). A Globalização e as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 2002. 572 p.
- _____. A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001. 415p.
- _____. Palavras de abertura. In : Revista Crítica de Ciências Sociais. A reinvenção da teoria crítica. nº 54. jun. 1999a, pp. 5-12.
- _____. Porque é tão difícil construir uma teoria crítica. In : Revista Crítica de Ciências Sociais. A reinvenção da teoria crítica. nº 54. jun. 1999b, pp. 197-216.
- _____. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In : HELLER, Agnes [et al.]. A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999c. 268p.
- _____. Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- _____. Um discurso sobre as ciências. Porto: Afrontamento, 1987.
- SCHNITMAN, Dora Fried (org.). Novos paradigmas, cultura e subjetividade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. 294 p.
- SORRENTINO, Marcos (coord.). Ambientalismo e práticas na contemporaneidade. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. 229 p.
- SPOSATI, Aldaíza. Movimentos utópicos da contemporaneidade. In : SORRENTINO, Marcos. Ambientalismo e práticas na contemporaneidade. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. pp. 11-40.
- TIMBERGEM, Jan [coord.]. Para uma nova ordem internacional: terceiro informe ao Clube de Roma. Rio de Janeiro: Agir, 1978.
- VIOLA, Eduardo J. e LEIS, Héctor Ricardo. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de um estratégia globalista viável. Florianópolis: UFSC, 1995.
- VIOLA, Eduardo J. As Dimensões do Processo de Globalização e a Política Ambiental. Caxambú: XIX ANPOCS, 1995.
- _____. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In : Ciências Sociais Hoje. ANPOCS. Rio de Janeiro: Rio Fundo de Cultura, 1992.